



Boletim Mensal WRM / No 209 – Dezembro 2014

Estimad@s amig@s,

Esta mensagem do WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais) é para lembrar você que estamos num processo de atualizar nossas listas de endereços de e-mail para o envio dos nossos materiais. Para isso, é **necessário que você confirme se deseja continuar** recebendo nosso boletim mensal e também outras informações. Pedimos que você siga as instruções até completar o processo de confirmar sua assinatura. Apesar de este processo ser simples e rápido, é **necessário fazer 3 clicks!** Ao terminar, você vai receber um email com a mensagem “Confirmação assinatura”.

Você pode também confirmar sua assinatura agora mesmo abrindo este link:

<http://eepurl.com/7RJYL>

Muito obrigado e qualquer coisa não hesita em nos escrever, usando o seguinte e-mail: mailing@wrn.org.uy

A equipe do WRM

NOSSA OPINIÃO



O complexo debate sobre alternativas

Este último boletim do Movimento Mundial pelas Florestas em 2014 trata de uma questão que, de algum modo, está presente em todas as lutas locais e nas questões relacionadas, sobre as quais este boletim informa todos os meses. Embora não seja especificamente sobre uma questão relacionada a florestas ou à plantação de árvores, trata de algo que envolve as comunidades que dependem da floresta e à qual nos parece muito importante dedicar um boletim do WRM: o complexo debate sobre alternativas.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TEMA "ALTERNATIVAS"



Uma Alternativa às “Alternativas”

A maioria das pessoas que andam por aí pedindo aos ativistas que apresentem “alternativas” ao status quo não está realmente interessada em alternativas. Ou, quando está, é apenas nas “alternativas” que possam beneficiá-las, reforçar a opressão ou se encaixar em sua própria visão do mundo. Não é coincidência que muitas das pessoas que falam de uma “alternativa ao capitalismo” – ou da falta de uma – sejam capitalistas. Apresentar o capitalismo como se fosse um “modelo” intelectual que só pode ser ameaçado por outro “modelo” intelectual, em vez de pelos intermináveis 500 anos de lutas dos oprimidos, é algo que serve os seus propósitos.



Desafios às lutas das mulheres enraizadas em seus territórios: um olhar descolonial

À custa de quem se criam projetos para – afirmam seus promotores – gerar “desenvolvimento”? De quem é esse “interesse nacional” que os governos tanto promovem para justificar a expansão de projetos que são destrutivos para territórios e comunidades que dependem das florestas? O modelo econômico hegemônico, com a sua discriminação e seu racismo inerentes, considera as comunidades indígenas, camponesas, tradicionais, pesqueiras, etc. como espaços “subordinados” que podem ser explorados, arrasados, reconfigurados de acordo com as necessidades de acumulação do capital. Essa colonialidade, enraizada no poder, torna-se ainda mais presente ao se agregar a ela um olhar feminista, mas um feminismo que permita abordar a opressão dos corpos e das vidas dessas mulheres negras, indígenas, camponesas, pescadoras. Elas não são apenas mulheres; sua posição dentro do “sistema-mundo” atravessa opressões de gênero, raça e classe.



Energias AlteRativas: quando a “única alternativa” é a transformação integral

Em comunidades de fronteira entre Equador e Colômbia, que vivem sob a influência do conflito armado, da produção de monocultivo de naranjilla (fruta típica desta região de América Latina) infestada de agrotóxicos e/ou da atividade petroleira e, portanto, em meio à contaminação, o tecido social foi desgastado até situações-limite. No Equador, nos últimos 10 anos, 8.688 pessoas se suicidaram, a maioria jovens, principalmente mulheres e com mais frequência em ambientes rurais. Por isso, poderíamos nos perguntar: Qual é a energia-alegria que ronda as comunidades camponesas e indígenas, quando seus membros desejam apagar a luz de suas vidas? E a daquelas que já não querem mais ter filhos?



Lutas nas florestas da Índia: a busca de alternativas

Em todo o mundo, os movimentos sociais que resistem à agressão neoliberal contra a natureza e às várias formas de regimes de propriedade comum têm de enfrentar a espinhosa questão das “alternativas”. Na maioria das vezes, o clamor por essas “alternativas” é provocado pelos defensores da economia de livre mercado e até mesmo por uma parte da esquerda tradicional, como se o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico fosse sempre algo dado, necessariamente destinado a informar e controlar a ideia de que a natureza, incluindo as florestas, está aí para ser usada e apropriada. Este breve artigo irá examinar a questão das “alternativas” no contexto limitado das florestas indianas, para melhor compreender três coisas: 1. Quais significado(s) seria razoável atribuir à palavra/conceito “alternativas”; 2. Se

a resistência de base aprecia e internaliza essas alternativas como “alternativas”; 3. Se essas alternativas, isoladas ou em conjunto, oferecem algum tipo de política para a transformação social, ao superar as relações de produção capitalistas onde tais alternativas estão sendo praticadas, e também, em um nível mais geral, indicam caminhos para uma transição para uma economia, uma sociedade e uma ordem política mais igualitárias e pós-capitalistas.

POVOS EM AÇÃO

- Declaração da Cúpula dos Povos sobre a Mudança Climática, Lima, Peru
- Ação na justiça em defesa dos Direitos da natureza do páramo de Tangabana
- Mulheres em luta contra o extrativismo
- Como o sistema alimentar agroindustrial contribui para a crise climática
- Concurso fotográfico sobre justiça ambiental e social

RECOMENDADOS

- “Alternativas Energéticas, Examinando o Território”
- Site dos recursos comuns do Mekong
- Mapeando propostas populares alternativas para vislumbrar a infraestrutura
- Florestas são tão importantes quanto a agricultura para algumas comunidades rurais

NOSSA OPINIÃO

O complexo debate sobre alternativas



Este último boletim do Movimento Mundial pelas Florestas em 2014 trata de uma questão que, de algum modo, está presente em todas as lutas locais e nas questões relacionadas, sobre as quais este boletim informa todos os meses. Embora não seja especificamente sobre uma questão relacionada a florestas ou à plantação de árvores, trata de algo que envolve as comunidades que dependem da floresta e à qual nos parece muito importante dedicar um boletim do WRM: o complexo debate sobre alternativas.

Muitos de nós estão envolvidos em lutas contra projetos que destroem as florestas, todos já passamos muitas vezes por uma situação em que uma empresa ou um representante de governo nos questiona quando nos opomos a um determinado projeto, exigindo saber “qual é a nossa alternativa”. Dessa forma, neste boletim, tentamos abordar esta pergunta um pouco intimidante a partir de ângulos diferentes, a fim não só de mostrar sua complexidade, mas também de oferecer algumas ideias sobre como lidar com essa pergunta e com o debate das “alternativas” em geral, em nossa prática diária.

Como Larry Lohmann mostra em seu artigo, quando finalmente tentamos responder à demanda que nos é colocada para que apresentemos uma “alternativa”, muitas vezes também somos obrigados a formular nossa alternativa dentro da lógica do modelo de produção hegemônico. Como sabemos, esse modelo existe para atender a um nível muito elevado de consumo material por parte de uma minoria no mundo que costuma viver longe de onde a maior parte do dano será causado. Larry sugere que, antes de qualquer coisa, deveríamos questionar a demanda que nos é feita, por exemplo, contrapondo perguntas como “alternativa para quem” e “à custa de quem”.

Também devemos dar continuidade a nossos esforços para desvendar, refletir e responder à linguagem usada e imposta a nós por aqueles que mais pressionam pelos grandes projetos que destroem florestas – e que mais se beneficiam deles. Durante décadas, empresas, consultores, autoridades, a grande mídia, etc. têm afirmado ter as “alternativas”, as “soluções” para as diversas crises que as nossas sociedades enfrentam. Cerca de 20 anos atrás, eles falavam sobre “desenvolvimento sustentável” como uma “alternativa” ao modelo dominante de desenvolvimento. Nos últimos anos, como os problemas persistiram apesar de duas décadas de implementação de políticas e projetos de “desenvolvimento sustentável”, eles começaram a falar da “economia verde” e de “dar preço à natureza”, como sendo as novas “alternativas”. Essas “alternativas” são adotadas e promovidas por órgãos da ONU, por quase todos os governos e todas as corporações transnacionais, ao passo que, na prática, nada muda em termos estruturais. Sendo assim, parece que pensar e propor “alternativas” se tornou, mais do que qualquer outra coisa, simplesmente parte de um mesmo modelo ao qual se devem apresentar “alternativas”.

Mas será que existe alternativa para o debate/demanda por “alternativas”? Uma experiência interessante é contada no artigo de Adolfo Maldonado, do Equador, sobre como lidar com a situação enfrentada por muitos milhares de comunidades, em todo o Sul global, que se encontram diante de uma grande crise, em muitos aspectos, como resultado de anos de atividades destrutivas em suas casas e ao redor delas. No caso do Equador, essas atividades envolvem a indústria do petróleo e as plantações de monoculturas de árvores frutíferas. Durante anos, Adolfo trabalhou com uma comunidade afetada, por meio da chamada “Clínica Ambiental” – uma iniciativa da organização *Acción Ecológica*, baseada na crença de que, quando a natureza está “doente”, as pessoas também vão ficar “doentes”. Na comunidade envolvida nessa iniciativa, a alternativa às “alternativas” veio a ser chamada de energia *alterativa*, referindo-se a uma energia capaz de mudar a vida das pessoas da comunidade para melhor.

Na prática, no mundo todo, várias experiências singulares estão ocorrendo em muitos países, bem ao nível local, o qual tem em comum a necessidade diária das pessoas de mudar suas vidas para melhor, apesar de uma situação muitas vezes adversa, em que há um grande projeto destrutivo nas proximidades. Essas experiências são promovidas por pessoas das comunidades, por mulheres e grupos de jovens, por organizações que trabalham com a cultura e por movimentos sociais, para citar apenas alguns exemplos.

Outro exemplo é a história do desafio, em um país tão complexo quanto a Índia, de transformar os diversos esforços voltados a mudar a vida das pessoas da comunidade para melhor em um movimento político mais amplo por mudança social e transformação radical. É impossível, portanto, não tocar nos enormes obstáculos e desafios que surgem quando se trata de procurar alternativas capazes de mudar a vida das pessoas para melhor em um país que é – como a maioria dos nossos países – dominado pelo poder do Estado, por um regime capitalista que beneficia as corporações transnacionais que controlam a economia de mercado. Como

é possível a construção de “alternativas” dentro de um modelo único e dominante que continua destruindo formas de vida e culturas?

Assim, os desafios são enormes e, como também tratamos em um dos artigos a seguir, principalmente para as mulheres. O artigo aborda o desafio, que se coloca às feministas do Sul Global, de buscar novas formas de feminismo que melhor reconheçam as realidades da maioria das mulheres afetadas pelo modelo destrutivo já mencionado e que sofrem múltiplas opressões, inclusive a de ser mulher. Enfrentar esse desafio também significa superar a fragmentação das análises que são feitas, bem como a fragmentação de nossas lutas.

Considerando tudo isso, esperamos que este boletim seja uma contribuição pequena, embora importante, para este debate complexo, mas necessário. Convidamos você a expressar seus pontos de vista e suas experiências sobre o tema. E, é claro, esperamos que você goste da leitura!

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TEMA "ALTERNATIVAS"

Uma Alternativa às “Alternativas”



Há uma velha piada nos Estados Unidos sobre uma promotora pública que começa a construir a acusação contra a máfia em sua cidade. Um dia, ela recebe uma visita misteriosa de vários senhores grandes, educados e bem vestidos. Com calma, eles se sentam confortavelmente em cadeiras em torno à mesa dela. Após o café ser servido, o líder pigarreia e começa a falar:

“Primeiro, permita-me dizer que eu tenho muita simpatia pelo que a senhora está tentando fazer. A senhora está preocupada com assassinatos encomendados, agiotagem, jogo ilegal, heroína vendida nas ruas. A senhora quer fazer alguma coisa em relação ao desvio da aposentadoria das pessoas, às mulheres que são vítimas de tráfico para prostituição, aos contratos de obras públicas que vão para gangsteres que pegam a maior parte do orçamento para si, ao fato que restaurantes estão sendo queimados quando não pagam extorsões, que testemunhas estão sendo ameaçadas. A senhora não gosta de nada disso. Eu entendo, eu também não gosto. O nosso sistema tem problemas grandes. Mas o que queremos saber é: qual é a sua alternativa”?

A piada é engraçada pela mesma razão de a maioria das piadas ser engraçada. Ela expõe uma verdade da qual não se pode falar – apenas para usá-la como pretexto se divertir ao compartilhar, com um ar de conspiração, aquilo que sabemos que não pode ser dito.

Neste caso, a verdade indizível é que a maioria das pessoas que andam por aí pedindo aos ativistas que apresentem “alternativas” ao *status quo* não está realmente interessada em alternativas. Ou, quando está, é apenas nas “alternativas” que possam beneficiá-las, reforçar a opressão ou se encaixar em sua própria visão do

mundo. Assim como os mafiosos que visitaram a promotora em seu gabinete, essas pessoas, em geral, estão apenas tentando intimidar o interlocutor, porque se sentem ameaçadas pelo que ele está fazendo.

Há exemplos em toda parte.

Há os parlamentares que, diante de críticas a políticas governamentais fracassadas, às quais eles não conseguem responder, perguntam “qual é a sua alternativa”, apenas para mudar de assunto.

Existem as mega-empresas de plantações, que lhe perguntam qual é a sua alternativa para atender à demanda por papel, tentando impedi-lo de dizer que a alternativa implica questionar a própria demanda.

Há os representantes do Banco Mundial que lhe perguntam “qual é a sua alternativa” para que possam usá-lo como consultor não remunerado em projetos para construir mais o poder deles próprios, ao mesmo tempo em que cinicamente se recusam a reconhecer quaisquer respostas que não deem empregos a seus funcionários e movimentem muito dinheiro através da instituição.

Mais inocentemente, existem as pessoas que, mesmo instintivamente mais simpáticas aos movimentos populares, fiquem surpreendidas quando ocorra uma resistência profunda que eles não conseguem entender. Eles sentem-se compelidas a perguntar “qual é a sua alternativa” porque não conseguem ver as alternativas que já existem ao seu redor. Em 1990, jornalistas europeus em visita a aldeias tailandesas perguntaram aos moradores que estavam tentando parar a represa hidrelétrica de Pak Mun qual era a alternativa deles para a represa. Os aldeões responderam pacientemente que as “alternativas” já estavam lá. Nós temos nossos locais de pesca”, disseram, temos nossas florestas comunitárias, temos nossos campos, temos nossos templos, nossas escolas, nossas feiras. Essas são as coisas que a represa iria prejudicar ou destruir. Claro que temos problemas, eles continuaram falando, mas temos que lidar com eles do nosso próprio jeito, e a barragem iria tirar o que precisamos para fazer isso.

A resposta provavelmente seria semelhante em muitos outros lugares onde a luta não é para encontrar uma nova alternativa reluzente, e sim para proteger um processo contínuo de desenvolvimento de alternativas que já existem. Na piada sobre a máfia, a alternativa à Máfia é simples: nada de Máfia. Para os aldeões tailandeses, a alternativa a Pak Mun era igualmente simples: nada de Pak Mun.

O exemplo destaca uma característica fundamental de muitas demandas por “alternativas”: elas desrespeitam as pessoas comuns. Geralmente se imagina que as “alternativas” sejam projetos abrangentes e bem pensados, formulados por algumas pessoas inteligentes para ser executados pelos líderes políticos, em vez de processos imprevisíveis, em constante evolução, enraizados na resistência em massa à injustiça insuportável, cheios de suor interminável, de dor e erro, nos quais qualquer pessoa possa fazer perguntas a qualquer outra.

A esse respeito, a demanda usual por “alternativas” imediatas tende a ter duas funções. Primeira: preservar a ilusão de que ação é implementar planos prontos por parte de líderes. As elites dominantes são a Mente por trás de tudo, e todas as outras pessoas são apenas um corpo passivo. Segunda: evitar tentativas de construir alternativas verdadeiras e abertas, uma vez que, durante o processo, pessoas comuns podem aprender muito sobre como o mundo funciona. Se elites que se sentem ameaçadas conseguirem convencê-lo de que você não está qualificado para protestar porque você não tem uma “alternativa” pronta para apresentar, metade da batalha delas está ganha. Então elas podem amarrá-lo com pedidos de informações e preocupações mesquinhas sobre suas qualificações e, finalmente, transformá-lo em empregado delas.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek expressa isso muito bem quando observa que a demanda agressiva e desrespeitosa por uma alternativa, tão frequentemente enfrentada por ativistas sociais, “visa precisamente impedir a resposta verdadeira. Ela significa: “Diga isso nos meus termos ou se cale!” Assim, bloqueia-se o processo de tradução de um protesto incipiente em um projeto concreto”.

A demanda frequentemente ouvida por uma “alternativa ao capitalismo” não é diferente. Não é coincidência que muitas das pessoas que falam de uma “alternativa ao capitalismo” – ou da falta de uma – sejam capitalistas. Apresentar o capitalismo como se fosse um “modelo” intelectual que só pode ser ameaçado por outro “modelo” intelectual, em vez de pelos intermináveis 500 anos de lutas dos oprimidos, é algo que serve os seus propósitos.

É por isso que, mesmo que você não tenha nenhum grande plano pronto para a derrubada total do capitalismo, os capitalistas gostam de fingir que você tem. Porque se você tiver, você passa a ser manejável. A palavra “alternativa” na pergunta “qual é a sua alternativa” é singular porque as pessoas que fazem a pergunta geralmente querem desviar a atenção das atividades através das quais acontece a verdadeira transformação, que são plurais.

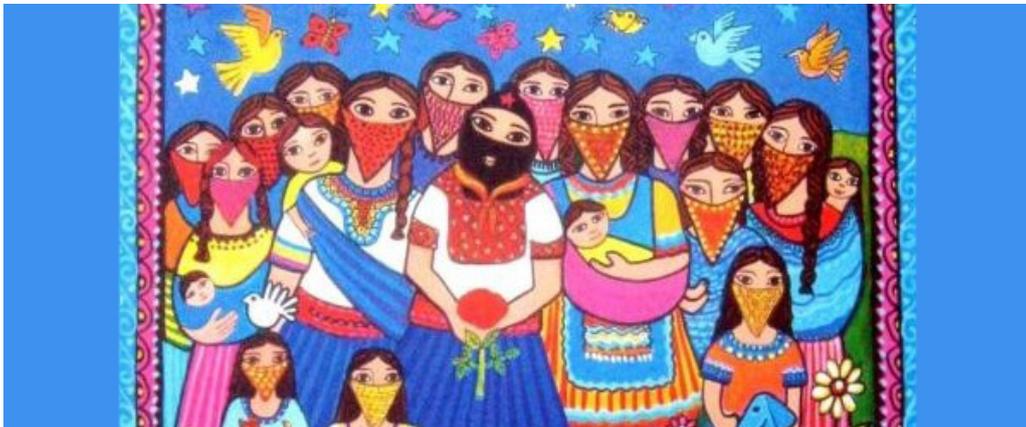
Como lidar com essas manobras? Qual é a alternativa às “alternativas”? Um passo seria transformar a pergunta “qual é a sua alternativa” em problema, onde quer que ela surja, e enfrentá-la com a contrapergunta “alternativa para quem”. Recusar-se a abordar questões com viés de elite, como “qual é a sua alternativa para atender à demanda global por óleo de dendê” em vez de trabalhar para tornar possível ao público discutir questões do tipo “como a demanda por óleo de dendê está sendo construída, por quem e à custa de quem”.

Uma ação relacionada seria substituir a pergunta “qual é a sua alternativa”, sempre que possível, por “de que lado você está”, como um lembrete de que as alternativas não são apenas uma questão a ser decidida por intelectuais e líderes políticos, mas já estão sendo e sempre foram exploradas em todos os lugares, e que a questão é com quais explorações você vai se comprometer.

A questão imperativa “qual é a sua alternativa” muitas vezes não é apenas uma tentativa de desconsiderar questionamentos ao poder consolidado, mas também um esforço codificado para nos cooptar para as fileiras dos aspirantes a grandes planejadores. Ser leal para com a democracia significa recusar o convite.

Larry Lohmann, The Corner House
larrylohmann@gn.apc.org

Desafios às lutas das mulheres enraizadas em seus territórios: um olhar descolonial



Quando empresas, agências governamentais ou algumas ONGs planejam e instalam projetos de extração de petróleo ou de gás, hidrelétricas, estradas, plantações de monoculturas, áreas protegidas e preservação de florestas (do tipo REDD+), serrarias industriais, entre muitos outros, quem arca com os inevitáveis efeitos sociais e ambientais desses projetos? À custa de quem se criam projetos para – afirmam seus promotores – gerar “desenvolvimento”? De quem é esse “interesse nacional” que os governos tanto promovem para justificar a expansão de projetos que são destrutivos para territórios e comunidades que dependem das florestas? O modelo econômico hegemônico, com a sua discriminação e seu racismo inerentes, considera as comunidades indígenas, camponesas, tradicionais, pesqueiras, etc. como espaços “subordinados” que podem ser explorados, arrasados, reconfigurados de acordo com as necessidades de acumulação do capital. Essa colonialidade, enraizada no poder, torna-se ainda mais presente ao se agregar a ela um olhar feminista, mas um feminismo que permita abordar a opressão dos corpos e das vidas dessas mulheres negras, indígenas,

camponesas, pescadoras. Elas não são apenas mulheres; sua posição dentro do “sistema-mundo” atravessa opressões de gênero, raça e classe.

Neste contexto, e em uma interação constante entre, por um lado, as lutas históricas dos povos por sua autonomia e, por outro lado, pensadoras e pensadores críticos da academia, começa a surgir a ideia de feminismo em sua relação com a descolonialidade. Descolonialidade é a dissolução das estruturas de dominação e exploração moldadas pela colonialidade do poder (1). Uma ideia ainda em debate, que continua mudando e se enriquecido através de lutas que tentam romper com esse sistema de poder colonial, em um intercâmbio de experiências e diálogo com o mundo acadêmico crítico. Talvez o mais amplo consenso entre as que debatem a ideia de feminismo descolonial seja a necessidade de rever o feminismo clássico, hegemônico, bem como a importância de incluir olhares e vozes de muitas outras tradições e opressões, que foram esquecidas no que vai sendo contado das histórias de mulheres.

Ao mesmo tempo, o feminismo negro e de cor nos Estados Unidos afirmou a necessidade de entender que não se pode explicar a opressão da grande maioria das mulheres a partir de um olhar que aborde apenas o gênero; é preciso incluir também raça, classe e heterossexismo. Os grupos de mulheres do Sul partiram desse olhar e o complexificaram com a análise de sua própria experiência colonial, imposta aos seus territórios e seus corpos. Esta virada descolonial permite uma ruptura com o modo de entender o mundo a partir da ciência ocidental moderna e dos eurocentrismos, ao mesmo tempo em que possibilita incluir os saberes comunitários, indígenas ou populares urbanos, que têm sido sistematicamente ignorados pelo sistema hegemônico quando se tenta impor um olhar ocidental dominante.

O feminismo autônomo da década de 90 representou uma forte crítica às tentativas de impor agendas neoliberais através da cooperação para o desenvolvimento, da “institucionalização” do feminismo – visto como cotas de “participação” das mulheres nos espaços governamentais – e também de muitas ONGs. Em seguida, passou-se da crítica à análise histórica do colonialismo. Isso implicou uma reflexão sobre a definição do passado e as raízes dos povos tradicionais, bem como sua relação com um estado-nação que organizou ou tentou organizar a vida a partir dessa visão.

Uma história com uma única voz?

O ponto de vista feminista descolonial também reconhece o sistema educativo como um sistema que serve à expansão do modelo ocidental. Um sistema que acompanhou o processo de expansão do Estado-nação e os processos de implementação de modelos liberais e neoliberais, que moldou a nossa imagem do mundo, que nos disse o que é bárbaro, o que é superado, o que é verdadeiramente humano, que tipo de relação com a natureza se deve ter, que nos assimilou à maioria das pessoas desta terra, que nos injetou esse olhar produzido pela matriz colonial e pela razão imperial.

É preciso virar os conteúdos de cabeça para baixo. É necessário rever o que se pensa sobre o saber, como se pensa a história ou as histórias. É preciso recuperar os modelos de conhecimento, de produção de saber e de transmissão das experiências de uma geração para a outra. É preciso incluir outras vozes para poder escrever outras histórias.

À procura de novos caminhos

O feminismo “hegemônico” terminava defendendo uma série de estratégias políticas que, na realidade, perpetuavam o modelo imposto pelo Estado colonial e o sujeito branco burguês. Por exemplo, alguns encontros feministas radicais dos anos 70 propunham que a libertação das mulheres se daria porque a tecnologia suplantaria sua capacidade de reprodução. Com esse pensamento, o feminismo reproduzia esse ideal de modernidade, de domínio sobre a natureza, de supremacia humana sobre toda a vida no planeta, que é exatamente o que acaba por oprimir a grande maioria das mulheres e, principalmente, aquelas que também são indígenas, rurais, negras, pescadoras. Obviamente, esse sistema tecnológico seria produto da produção capitalista. As primeiras a questioná-lo abertamente são as feministas negras e de cor, quando se perguntam: Quais são chamadas a pagar o preço da libertação de algumas? Daí começa a análise sobre quem realmente se beneficia desse tipo de olhar feminista ocidental moderno, ou seja, as que estão em posições privilegiadas.

Na busca de novos caminhos, aposta-se em um feminismo que possa justamente reconhecer a realidade da

maioria das mulheres do mundo – que enfrentam múltiplas opressões – e, ao mesmo tempo, possa superar a fragmentação da análise e a fragmentação das lutas. O olhar descolonial obriga a entrar em lutas não apenas feministas, mas também nas lutas antirracistas, de apoio aos movimentos indígenas e camponeses. O que se questiona essencialmente é a própria interpretação de uma opressão fragmentada.

As opressões das mulheres enraizadas em seus territórios não se limitava apenas ao espaço “íntimo” do lar. “Lá fora”, no espaço da plantação, da fábrica, da *maquilladora*, do trabalho diário, os abusos tinham o padrão das empresas, de quem detém os meios de produção. Um estudo baseado em testemunhos de trabalhadoras das plantações de óleo de dendê (palma) na Indonésia mostrou o enorme esforço que as mulheres precisam fazer para suportar a dupla obrigação de trabalhar nas plantações e fazer tarefas domésticas (2). Uma trabalhadora afirmou que “Trabalhar nos campos [da empresa] é muito difícil, é realmente muito difícil ser trabalhadora. Você tem que aceitar o calor e tomar chuva. Além da responsabilidade em casa, também tem o trabalho fora dela, de manhã até a tarde e, quando se chega em casa, ainda tem mais tarefas domésticas que devem ser feitas”.

Mulheres enraizadas em seus territórios, trabalhando de sol a sol junto a seus companheiros, são exploradas como eles, estão na vanguarda das lutas, atendem a filhos e filhas e cuidam da saúde e das sementes, na defesa de seus territórios. Elas também têm enfrentado a violência do Estado capitalista e liberal, muitas vezes até com consequências bem piores. É aí que se começa a refletir sobre como o sistema dominante em que vivemos hoje cria opressões correlacionadas, opressões que não são separadas. O gênero está relacionado a uma posição de raça e classe, bem como ao lugar do humano. Isso vai construindo lutas que guiam possíveis caminhos rumo a uma transformação radical solidária e reivindicativa. Como bem afirmaram as mulheres do povo Mam, de Quetzaltenango, na Guatemala, durante o segundo encontro, em outubro de 2014, “nós, mulheres, temos sustentado a vida, e hoje, mais do que nunca, nós nos comprometemos a nos levantar junto aos homens para dar uma vida mais digna aos nossos filhos e filhas, a nossos netos e netas, e faremos isso nos unindo como mulheres e como povo Mam”. (3)

Muitas das ideias sobre feminismo descolonial são extraídas do artigo: Barroso, J. M. (2014). Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica eurocéntrica, racista y burguesa. Entrevista com Yuderlys Espinosa Miñoso. Iberoamérica Social: revista-rede de estudos sociais (III), p. 22-33
<http://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-yburguesa>

(1) O acadêmico peruano Aníbal Quijano define “Colonialidade do Poder” como um dos elementos específicos do padrão global de poder capitalista. Ele se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como sendo a pedra angular desse padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana. Colonialidade é um conceito diferente de Colonialismo, embora ligado a ele. Este último se refere estritamente a uma estrutura de dominação/exploração, na qual o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é exercido por outra, de identidade diferente e cujas sedes centrais também estão em outra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, envolve relações racistas de poder. Ver: <http://www.jwsr.org/wp-content/uploads/2013/05/jwsr-v6n2-quijsano.pdf>

(2) Uma visão geral das plantações industriais de árvores no Sul, http://wrm.org.uy/es/files/2013/01/EJOLT3_ESPs.pdf

(3) Guatemala: Declaração das mulheres do povo Mam, de Quetzaltenango, no marco do segundo encontro, <https://generoymineriaperu.wordpress.com/2014/10/21/guatemala-declaracion-de-las-mujeres-del-pueblo-mam-de-quetzaltenango-en-el-marco-de-nuestro-ii-encuentro/>



Em comunidades de fronteira entre Equador e Colômbia, que vivem sob a influência do conflito armado, da produção de monocultivo de *naranja* (fruta típica desta região de América Latina) infestada de agrotóxicos e/ou da atividade petrolífera e, portanto, em meio à contaminação, o tecido social foi desgastado até situações-limite. No Equador, nos últimos 10 anos, 8.688 pessoas se suicidaram, a maioria jovens, principalmente mulheres e com mais frequência em ambientes rurais. Não obstante, calcula-se que, para cada suicídio consumado, outros quatro não tenham sido registrados e 20 pessoas o tenham tentado. A pobreza, criada como recurso de dominação, espantou milhares de famílias cujos sonhos deixaram de ser sonhados.

Por isso, poderíamos nos perguntar: Qual é a energia-alegria que ronda as comunidades camponesas e indígenas, quando seus membros desejam apagar a luz de suas vidas? E a daquelas que já não querem mais ter filhos?

A Clínica Ambiental

Em 2006, depois de ver como os desenhos de meninos e meninas afetados pela violência do conflito Colombiano passavam da cor branca à negra e eles pintavam rostos sem olhos, sem orelhas e sem bocas, como quem não quer ver, nem ouvir, nem falar, decidimos criar um espaço cujo objetivo fosse a Reparação do tecido social a partir da alegria e da arte, a recuperação de vínculos familiares e com a natureza através do afeto, e a reconstrução da pessoa a partir da formação. Assim, em 2008, surge o que denominamos Clínica Ambiental. Chamamos de clínica, que, em grego, significa “cama”, porque é a natureza adoentada que se deve recuperar para manter a saúde da população. É um espaço de debate onde profissionais de diferentes disciplinas abordam os problemas que a população apresenta, no estilo das Clínicas de Direitos Humanos que existem em algumas faculdades de direito, mas com caráter multidisciplinar.

Entre seus trabalhos, a Clínica realizou estudos comunitários junto a homens e mulheres afetados, que lhe permitiram conhecer as redes de agressão às comunidades. Em Pimampiro-Loma de Tigre, por exemplo, foi possível observar claramente como, atrás das diversas doenças que atingiam as comunidades, havia uma clara multiexposição à pobreza, à violência, à tristeza e ao medo. Estes, por sua vez, tinham por trás de si a construção de privilégios para uns poucos escolhidos pelas empresas petrolíferas, partindo do despojo e da destruição do tecido social e, paralelamente, da autoestima, da solidariedade que esse tecido social continha, e dos valores e princípios que tinham proporcionado coesão comunitária. Porém, o que ficou mais esclarecido foi como todo este processo iniciava com a imposição de políticas extrativistas que, durante décadas, e até hoje, vêm priorizando a atividade industrial em detrimento das políticas de garantias de direitos, reforçada com a presença militar mobilizada nas zonas para garantir a exploração. O processo é de Imposição-Despojo-Exposição.

Assim sendo, nessa busca conjunta por reencontrar, construir, manter e reafirmar essa “energia-luz” coletiva, chegamos a propostas com energias que não são alternativas, e sim alteRAtivas, ou seja, que tenham capacidade de alterar nossa vida para melhorá-la.

Em alguns povos indígenas, a ideia é que as comunidades devam ser pequenas, para que todos, incluindo as

crianças, tenham capacidade de decisão. O que transforma é o processo de decisão, de criação, porque faz crescer a autoestima e permite assumir responsabilidades. Isso mexe com nossa energia interna e gera em nós o entusiasmo, a paixão e o desenvolvimento de capacidades. Em um processo de desenvolvimento de alternativas alterativas, o importante não é tanto a ideia em si, e sim a adoção dessa ideia com materiais próprios, ajustada às necessidades e ao ambiente.

A Proposta Huipala: Um sistema de Reparação Integral Comunitária Alterativa

Para desenvolver a Proposta Huipala (1), decidimos criar sete níveis de trabalho, partindo do horizonte de realidade em que vivemos e rumo ao horizonte utópico que desejamos alcançar. Cada passo é um degrau em direção a esta utopia traçada: 0. Realidade; 1. Não Contaminar; 2. Não Desperdiçar; 3. Descontaminar; 4. Reduzir o consumo; 5. Enriquecer; 6. Aproveitar; e 7. Desfrutar. Mas também propusemos três grandes colunas: em nível pessoal, familiar e comunitário/organizativo. Consideramos importante lhes dar uma atenção especial, já que esses espaços têm sido profundamente fragmentados por um modelo econômico que só prioriza o dinheiro e não às pessoas nem à natureza.

O significado da riqueza

Uma comida pode ser rica e não ser cara, mas valorizamos o fato de ser plena de sabor. Uma pessoa pode ser rica em experiências porque viveu muito ou intensamente, e não ter muito dinheiro. Um solo rico em nutrientes os têm em plenitude, e nem por isso tem mais valor econômico; uma organização pode enriquecer se multiplicar os vínculos entre seus membros e, às vezes quando lhe chegam recursos econômicos, ela se empobrece e se destrói. Há muitas pessoas que, vivendo na floresta, sentem-se pobres porque não manejam recursos econômicos, mas vivem rodeadas da maior diversidade do mundo. Não se deve confundir valor com preço.

Em nível pessoal, valorizamos conhecimentos, habilidades e atitudes, e incluímos uma coluna para cada um deles, com a pretensão de que a construção de relações entre os três nos aproxime da COERÊNCIA. Em nível familiar, decidimos valorizar a forma de produção, os critérios de comercialização e as energias empregadas; com a intenção de que, ao se relacionarem os solos com as sementes, as plantas, os animais e as pessoas, surja uma ÉTICA das relações. Ao mesmo tempo, em nível comunitário, valorizamos a construção de relações no tecido social e com o território, através da alegria e da organização, com o fim de criar uma ESTÉTICA que seja própria de cada lugar e que lhe dê identidade.

Portanto, a Proposta Huipala vai se constituindo em um quadro que busca passar, no terreno pessoal, do desconhecimento à valorização dos saberes próprios; da sensação de incapacidade a fazer arte, e do egoísmo à solidariedade. No campo familiar, passar de um monocultivo como forma de produção à integralidade da propriedade rural que relaciona tudo (solos, diferentes plantas, animais...); do abandono na comercialização à autogestão, e do desgaste energético à participação com energias não só alternativas, mas também alterativas, que tenham capacidade de alterar nossa vida para melhor. No campo comunitário, a ideia é passar do medo à alegria e da fragmentação do tecido social à consolidação de uma organização que enxergue a necessidade de abordar os problemas que lhe afetam e tenha ferramentas para solucioná-los.

Depois de cinco anos de trabalho, refletimos sobre o que estávamos fazendo e, em várias reuniões de grupo, definimos o que deveria ir em cada compartimento. Assim, montamos essa proposta e avaliamos como construí-la. Foram identificados vários passos, como os planos de formação a título pessoal que nos ajudassem no processo, mapas das propriedades, que nos permitissem identificar as relações dos cultivos com a floresta, com o gado ou os currais, para fazer adubo, e mapas da comunidade, onde se pudessem identificar lugares de risco, áreas a proteger, espaços de observação de estrelas, árvores a proteger, etc. que nos ajudassem a unir e relacionar os fragmentos nos quais a vida muitas vezes se dividiu.

Outro passo foi a realização de feiras que valorizassem nossas sementes, pois as colheitas também são para

nos alimentar e não apenas para vender. Fala-se de ecogastronomia, de *mingas* (2), de energias alterativas, que ajudem a não contaminar os solos, mas também de fazer estudos que permitam refletir sobre os problemas, para começar a buscar soluções. Para descontaminar, incluímos terapias de cura como o Reiki (3) para adultos, crianças ou plantas. Propusemos que, na família, as decisões sejam tomadas por consenso e não por imposição do “chefe” de família, e que se recuperem experiências de generosidade e intercâmbio não mediadas por dinheiro, como seria o caso do escambo.

Na difícil escalada rumo à utopia, vai-se dando mais interesse às tecnologias caseiras, à equidade de tempos de descanso na família, à recuperação de solos e propriedades integradas, a que os jovens tenham formas de expressão próprias e que a comunidade faça a gestão da água e da floresta, bem como de seus conflitos. A soberania energética é vista como um desafio, as hortas lúdicas, as feiras locais, ao mesmo tempo em que se valoriza o jornalismo, os festivais artísticos como espaços de expressão e se aponta a mobilização como imprescindível aos processos de reparação socioambiental.

No último nível de trabalho, o nível 7, estariam aquelas atividades do horizonte utópico que cada comunidade se proponha, onde tudo sejam experiências de desfrute, e o trabalho resulte prazeroso ao se poderem transformar as realidades no horizonte que se deseja.

Esta Proposta Huipala não tem a intenção de ser universal, pois foi construída como resposta às necessidades da população em um setor determinado da Amazônia equatoriana, onde há determinadas problemáticas que se pretendem abordar. Para usar o quadro em outro lugar, seria necessário trabalhar com os afetados/as e ver como passar do horizonte de realidade ao horizonte utópico que se sonha, começando por coletar os sonhos como ponto de chegada.

	COERENCIA			ÉTICA			ESTÉTICA	
	PESSOAL			FAMILIAR			COMUNITARIA	
	CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATTITUDES	PRODUÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	ENERGIAS	ALEGRIA	ORGANIZAÇÃO
7.DESFRUTAR								
6.Aproveitar								
5.ENRIQUECER								
4.Reduzir consumo								
3.DESCONTAMINAR								
2. Não desperdiçar								
1. NÃO CONTAMINAR								
REALIDADE								
	Relações para integrar a pessoa			Relações entre solos, plantas, animais e pessoas			Relações entre gerações e com o território	

Além disso, demos a este quadro as cores da Huipala (para ver a versão com cores, acessa o link abaixo), por isso chamamos assim à proposta. Ao fazê-lo, nos demos conta de que essas cores coincidiam com os chacras, ou centros de energia que são trabalhados no Reiki, e por isso, na coluna da direita, colocamos os símbolos de cada um desses chacras e ou o que representam (terra, água, fogo, ar, éter, luz e espaço), porque simbolizam também nossa conexão com a natureza e o mundo das energias, crenças, percepções,... e que nos ajudam a fazer circular a matriz e se unir ao início.

Reflexões finais

Nos lugares onde as atividades extrativas se impõem, as empresas costumam desenvolver as mesmas ferramentas que os nazistas utilizaram no Holocausto, e que o escritor Primo Levi descreveu com perfeição: 1) Ridicularizar a população, 2) Hierarquizar os ultrajes, 3) Destruir a autoestima e 4) Romper aqueles mecanismos de defesa política, moral ou de justiça que as organizações conseguiram usar para se defender.

Contudo, deixo para o final um quinto elemento que, na realidade, é o primeiro deles, o mais atacado, com o qual se inicia todo o processo de empobrecimento: a ruptura da solidariedade interna nas comunidades, que se faz rompendo os vínculos do tecido social e com a natureza que os rodeia. Por isso, hoje mais do que nunca, a aposta não é apenas na recuperação dessa solidariedade rompida, e sim em sua radicalização.

Adolfo Maldonado, saúde@accionecologica.org
Clínica Ambiental, Ação Ecológica

Informações mais detalhadas sobre a Proposta Huipala podem ser encontradas na Alerta Naranja N.7 da Clínica Ambiental, em:

http://www.clinicambiental.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=3&Itemid=5

- (1) Huipala: é a bandeira do arco-íris que, nos países andinos, representa os povos indígenas.
- (2) Mínga: denominam-se assim os trabalhos comunitários nos quais a comunidade reunida realiza alguma tarefa em benefício comum.
- (3) Reiki: arte japonesa de cura com as mãos.

Lutas nas florestas da Índia: a busca de alternativas



Em todo o mundo, os movimentos sociais que resistem à agressão neoliberal contra a natureza e às várias formas de regimes de propriedade comum têm de enfrentar a espinhosa questão das “alternativas”. Na maioria das vezes, o clamor por essas “alternativas” é provocado pelos defensores da economia de livre mercado e até mesmo por uma parte da esquerda tradicional, como se o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico fosse sempre algo dado, necessariamente destinado a informar e controlar a ideia de que a natureza, incluindo as florestas, está aí para ser usada e apropriada. Este breve artigo irá examinar a questão das “alternativas” no contexto limitado das florestas indianas, para melhor compreender três coisas: 1. Quais significado(s) seria razoável atribuir à palavra/conceito “alternativas”; 2. Se a resistência de base aprecia e internaliza essas alternativas como “alternativas”; 3. Se essas alternativas, isoladas ou em conjunto, oferecem algum tipo de política para a transformação social, ao superar as relações de produção capitalistas onde tais alternativas estão sendo praticadas, e também, em um nível mais geral, indicam caminhos para uma transição para uma economia, uma sociedade e uma ordem política mais igualitárias e pós-capitalistas.

O que é uma alternativa?

No contexto indiano, o significado predominante é o de uma “economia de aldeia independente”, que decorre principalmente do conceito de *Gram Swaraj*, formulado por Gandhi. Em essência, isso implica um retorno a

formações sociais pré-capitalistas (e também pré-coloniais), nas quais costumava não haver direitos de propriedade privada sobre florestas e terras. Também significa, no caso dos povos indígenas *adivasis* (1), um retorno a um estado mais “natural” da sociedade, no qual os ciclos da natureza configuram o sistema de produção e, portanto, a ordem social e econômica. Na maioria das vezes, esse retorno está intrinsecamente ligado aos sistemas de crenças religiosas das comunidades.

De volta à “Economia da Aldeia Independente” ou Bens Comuns da Floresta

Ambos têm raízes na história. No entanto, há dúvidas sobre se as florestas e as áreas não cultivadas, como pasto e arbustos, eram “bens comuns” na Índia pré-colonial – o que Marx chamou de propriedades “comunais” sobre as quais havia “posse comum”. Não eram propriedades privadas, no sentido de que nenhuma pessoa que usasse aqueles recursos comuns tinha direitos exclusivos ou privados, oficializados ou não, sobre eles (2). Isso é importante porque estudiosos e ativistas tendem a considerar todas as florestas na era pré-colonial como propriedades comunais ou comuns que o Estado colonial tomou e comercializou (3). Contudo, nos últimos anos, essa noção de regimes comuns imutáveis em florestas tem enfrentado sérios questionamentos, incluindo uma série de evidências históricas que mostram conclusivamente que havia comercialização das florestas e a geração de excedente nas sociedades pré-coloniais (4).

Talvez fosse prudente dizer que, como a Índia pré-colonial era um espaço ge ecológico vasto e pouco povoado, muitas variações sociais e ecológicas poderiam coexistir sem ser tomadas umas pelas outras nem se extinguir totalmente sob pressão.

Defendendo/Reinventando os Bens Florestais Comuns

Outro significado popular de “alternativa” surge das lutas que continuam a defender florestas/natureza como sendo recursos comuns de fato, independentemente de sua atual situação de propriedade/posse. Muitas lutas florestais na Índia Central e Oriental contra grandes projetos (principalmente projetos de mineração e de hidrelétricas, mas também contra a “conservação da floresta” oficial, que abre cada vez mais essas áreas ao turismo e a outras formas de negociação de serviços ecossistêmicos) acreditam nisso principalmente porque esses projetos ameaçam as florestas que sustentam suas atividades de subsistência. Essa alternativa já está lá: se a comunidade consegue defender as florestas da invasão, isso indica uma “alternativa”: florestas vivas no lugar de florestas mortas ou destruídas.

A reinvenção de bens comuns da floresta no âmbito do Estado é um fenômeno mais recente. Ele deriva principalmente de esquemas patrocinados pelo Estado, como “manejo florestal conjunto” e, mais recentemente, a “lei dos direitos florestais”, que legitima a noção de propriedade comunal sobre recursos comuns da floresta. Teoricamente, a existência de propriedades comuns reconhecidas pelo Estado é um paradoxo, uma vez que o mesmo Estado que sistematicamente entrega grandes blocos de florestas a empresas também dá às instituições comunitárias a liberdade (em termos jurídicos, pois a realidade concreta é diferente) para rejeitar essa transferência de áreas florestais.

Nos últimos anos, aproveitando-se da “Lei dos Direitos sobre a Floresta” (popularmente conhecida como FRA, ou *Forest Rights Act*), vários movimentos sociais na Índia têm se concentrado em criar/reinventar novos recursos comuns da floresta, que, eles esperam, além de garantir os meios de subsistência existentes, darão novas oportunidades econômicas às pessoas. De certa forma, este é também um chamado à criação de “economias comunitárias independentes”. No entanto, a maioria dessas novas iniciativas é dependente demais de instituições e processos do Estado. A experiência das comunidades de Menda-Lekha, em Maharashtra (veja abaixo), é um bom exemplo.

Alternativas a quê: como os movimentos as percebem

Esses significados de “alternativas” são, em grande parte, hipotéticos. Não se sabe quantas das lutas florestais contemporâneas na Índia consideram que oferecem alternativas”. Enquanto, para a maioria, a luta é pela sobrevivência (comunidades ameaçadas de expulsão por grandes projetos) ou por ganhos econômicos imediatos e realizáveis (recursos florestais comunitários reconhecidos pelo Estado), para outros, é uma questão tanto de sobrevivência biológica quanto de integridade espiritual/cultural (a luta de Niyamagiri, em Odisha) (5). Apesar disso, embora muitas vezes não devidamente articulados e ainda de uma forma

extremamente limitada, os movimentos que lutam pela conservação da floresta também estão sendo vistos como lutas contra um Estado coercitivo e várias forças feudais e capitalistas.

Lutas locais pelos recursos comuns: Medha-Lekha, Niyamagiri e outras

Não se sabe ao certo quantos movimentos sociais estão atualmente ativos nas florestas indianas: além de alguns grupos/processos que já fazem parte das diversas alianças conhecidas, existem muitos movimentos locais, por vezes limitados até mesmo a uma única comunidade. As aldeias gêmeas de Menda e Lekha, em Maharashtra, são o exemplo mais famoso da luta pelos recursos comuns. Um Sarvodaya (gandhista) (6) e sua equipe trabalharam durante anos com os moradores para desenvolver um regime de recursos comuns que funcionasse, uma prática de funcionamento e decisão coletivos, tomada emprestada do passado *adivasi*, ao mesmo tempo em que permaneciam fortemente enraizados no presente. Os bens comuns da floresta foram criados (ou restaurados) e se usou estrategicamente a FRA para obter o reconhecimento do Estado à prática. Esse foi o primeiro caso de propriedade comum reconhecida pelo Estado em florestas indianas. Um dos motivos para se dar essa permissão foi a presença de guerrilheiros maoístas nas florestas Gadchiroli, onde Menda-lekha estão localizadas: o Estado tem uma política declarada de usar legislações pró-pobres, como a FRA, para conter o que considera uma insurgência maoísta.

As questões do excedente

Os moradores de Menda-Lekha têm de enfrentar a oposição considerável de uma parte das autoridades (departamento florestal), da poderosa empresa Ballarpur Paper Mills, que tinha direitos de monopólio sobre as florestas locais de bambu, e até mesmo dos maoístas, que ameaçavam os moradores e outros *Gram Sabhas* (7) próximos com terríveis consequências se o bambu não fosse dado à fábrica de papel, da qual costumam extorquir impostos elevados (8). Mas a ironia da situação reside no fato de que os recursos comuns de Menda-Lekha funcionaram e sobreviveram por causa do excedente (em forma de receita) que vinha da venda do bambu no mercado aberto. Apenas uma pequena parte do resultado das vendas é usada pelos *Gram Sabha* para pagar os salários de seus membros que trabalham como guardas florestais ou em outras funções. O resto fica no fundo geral para obras de desenvolvimento ou é usado com uma série de outras finalidades, segundo decisão do *Gram Sabha*. Os moradores decidiram acabar com a propriedade privada da terra para fortalecer o regime de propriedade comum, e doaram todas as suas terras para o *Gram Sabha*.

Histórias como essa são agora comuns em Maharashtra, Orissa e Bengala Ocidental. As comunidades estão acordando para o potencial monetário (em outras palavras, a geração de excedente) de suas propriedades comunais. Em alguns lugares, são as folhas de *tendu*, enquanto, em outros, até mesmo a areia e as pedras dos rios locais, muito procuradas como material de construção.

Onde quer que haja um excedente que possa ser vendido como mercadoria comercializável, tem que haver um proprietário que controle a produção desse excedente – como pode toda a comunidade possuí-lo, principalmente em uma economia de mercado? Será que a propriedade sobre o excedente e o controle sobre as relações de produção não vão se transformar em grandes pontos de discórdia com o tempo, e aumentar ou criar novas desigualdades e disparidades, mesmo em uma situação de “bens comuns”, com grandes somas de dinheiro em jogo? Será que o mercado não vai tomar conta e criar uma nova classe de privilegiados? (9) Essas questões se tornam muito relevantes quando se observa o diversificado espectro de propriedades comunais que existe até hoje. Nos estados do nordeste da Índia, por exemplo, os direitos e a propriedade comunais muitas vezes permitem a venda de recursos da comunidade no mercado. O mercado encontrou um aliado na elite que tem mobilidade financeira dentro das comunidades (líderes de clãs, chefes de aldeia) e o resultado não é apenas degradação ambiental, mas também diferenças de classe cada vez maiores dentro do que antes era uma “comunidade”.

Uma maneira de prevenir isso pode ser o desenvolvimento de mercados locais ou a participação em mercados maiores, sob supervisão comunal. Outra resposta pode ser a rejeição pura e simples do mercado exterior diante de todas as probabilidades. A “luta de Niyamagiri” ofereceu uma resposta quando a *Dongria Kondhs*, uma comunidade *Adivasi*, impediu um ataque, articulado entre o poder do Estado e as empresas, às terras onde praticam agricultura de coivara e suas florestas comunais (e também à sua colina sagrada chamada Niyamagiri – a morada do Niyama *Raja*) na cadeia de montanhas das Ghats Orientais, ao longo da costa leste da Índia (10).

Talvez não haja uma resposta única para as perguntas, dúvidas e paradoxos que continuam vindo à tona à medida que surgem novas lutas e formas de movimentos. Só se pode esperar, mas não passivamente. Apesar das confusões ideológicas e dos perigos da cooptação e da repressão, o movimento pelos recursos comuns como “alternativa” ao capitalismo e à opressão de classe está ganhando terreno na Índia.

Bens comuns florestais como alternativa política ao capitalismo: o surgimento de uma nova prática de “esquerda”?

Apesar de muitas questões não resolvidas e contradições, a tarefa de restabelecer ou recuperar os “bens comuns” está ganhando centralidade nos movimentos florestais indianos.

O chamado à revolução: um novo caminho

Em algum momento no início de 2013, quatro grupos que participam da aliança de movimentos sociais Campanha pela Sobrevivência e a Dignidade (CSD), que fez campanha pela Lei dos Direitos Florestais, lançou um “manifesto” por uma nova organização chamada “New Path” (Caminho Novo), com o objetivo de promover o processo revolucionário na Índia (11). O “manifesto” destacava a necessidade de vincular a luta do povo e a transformação revolucionária no contexto indiano. Ele afirmava que: “O New Path não é e não pretende ser um partido revolucionário tradicional, e sim uma formação política que procura oportunidades, através da luta, para enfraquecer a hegemonia burguesa no país”.

Antes disso, o Fórum Nacional de Povos da Floresta e Trabalhadores Florestais (NFFPFW, em inglês), uma aliança já extinta que era abertamente inclinada à esquerda, interpretou as lutas florestais como lutas de classes de produtores primários contra o capitalismo, as castas e a opressão étnica, e contra a hegemonia do Estado sobre os recursos naturais. Contudo o “manifesto” do New Path é, de longe, a mensagem política mais direta e “esquerdistas” emitida por um movimento social na Índia. O “manifesto” faz um chamado bastante genérico ao estabelecimento de uma “sociedade de produtores associados livres”: “A revolução ... deve transformar a totalidade da sociedade, bem como os próprios produtores O processo revolucionário precisa se concentrar na demolição do poder da classe dominante, incluindo o Estado, mas não só o Estado formal ... ele procuraria esmagar o poder da classe dominante e construir o poder coletivo dos produtores”. Isso reflete os objetivos políticos (mas mais centrados na floresta) do NFFPFW (12): “Por meio das lutas, o NFFPFW tentará estabelecer o controle social dos produtores primários sobre florestas e outros recursos naturais do país. Com controle social, o NFFPFW quer dizer a gestão equitativa e totalmente descentralizada dos recursos, por parte de todos os produtores primários ... O controle social equitativo dos recursos também vai levar ao fim das explorações de classe, à dissolução final do sistema de castas e ao fim da discriminação de gênero contra as mulheres ...”. Mesmo que muitas coisas tenham ficado por dizer, o “manifesto” é, de fato, um documento histórico. Ao questionar a lógica da tomada do poder de Estado em um regime capitalista, ele também questiona, indiretamente, a guerra maoísta para estabelecer um novo Estado no lugar do antigo.

Enquadrar a problemática: as questões políticas cruciais

No entanto, o manifesto do New Path pouco diz sobre estratégia de ação e programa: é omissos em relação à forma como os movimentos diversificados e extremamente localizados vão se reorientar como catalisadores da mudança social e política, para além do seu nicho e de suas fronteiras geográficas, e também, mais importante ainda, se esses movimentos têm uma perspectiva definida sobre Estado e capital. Além disso, as questões sobre construção da organização e tomada de decisões continuam sem solução. Como as lutas locais pelos recursos comuns vão se unir e se aglutinar politicamente? Que processo organizativo conseguirá preservar a natureza local dessas lutas e, ainda assim, ser eficaz para além do nível local?

Na tentativa de identificar as principais questões organizativas e políticas, outras alianças, o *Forum Geral da Índia de Movimentos da Floresta* (AIFFM, em inglês), que surgiu recentemente do NFFPFW, argumenta que todos os envolvimento (incluindo prováveis negociações) com o Estado sobre qualquer questão têm que ser política e estrategicamente avaliados antes de o movimento se comprometer. Um projeto de documento político que circula dentro da aliança enfatiza a inter-relação entre o processo de organização de qualquer movimento de massa e sua política, e levanta questões pertinentes: se os movimentos que lutam pelas florestas tentarem uma interpretação marxista do processo de produção nas florestas, eles discutirão como usar essa interpretação na batalha por mais transformação social? Ou: como podem os grupos de base vislumbrar uma

batalha maior e unificada contra o capital? (grifo nosso). Essas questões raramente estão na agenda, aponta o documento, e as alianças não conseguiram comunicar as ideias políticas além daqueles que têm um passado marxista/socialista em comum. Comentando o processo do NFFPFW/AIFFM, o documento diz que só depois de uma década de luta as pessoas começaram a assumir uma posição: atualmente, há uma percepção cada vez mais compartilhada de que a batalha pelas florestas é política e que o poder do povo precisa ser construído através de uma batalha prolongada e direcionada contra o Estado, o capital e outras forças. O documento conclui: “Agora, estamos em uma posição mais coerente para dizer que esta não é só uma posição compartilhada por alguns de nós, mas também pelos movimentos de base ... torna-se importante decidir como vemos este fórum: uma aliança ampla e democrática, organizativamente anárquica, não vai nos fazer avançar rumo à nossa visão política. Pelo contrário, vai nos reter atrás (grifo nosso) ... percebemos que, durante um tempo, haveria incertezas em questões organizativas e políticas ... em um país tão complexo e plural como o nosso, as percepções e as práticas das pessoas e, por conseguinte, dos grupos do movimento, variam muito. Tentaremos acomodar essas percepções e práticas plurais enquanto tentamos chegar a algum entendimento político amplo”.

Soumitra Ghosh é ligado ao North Bengal Forum of Forest People and Forest Workers (NBFFPFW) e ao All India Forum of Forest Movements (AIFFM).

E-mail: soumitrag@gmail.com

- (1) Adivasi é um termo genérico para povos indígenas heterogêneos na Índia.
- (2) Habib. I, *Marx's Perception of India in Essays In Indian History*, Delhi, 1995.
- (3) Ibid., também Rangarajan. M e Sivaramakrishnan. K, *Introduction to India's Environmental History*, nota 2. Ver, também Guha. S., *Claims on the Commons: Political Power and Natural Resources in Pre-Colonial India*, ibid. Em um estudo instigante sobre folclore associado às florestas sagradas de Kerala: *Folk Models of the Forest Environment in Highland Malabar*, no Volume 2 de *India's Environmental History*, Rich Freeman sugere que as comunidades indígenas nas terras altas malabares não viam seu ambiente florestal como um paraíso ecológico – profundas divisões de casta e classe dentro da sociedade orientavam tanto o uso quanto a percepção reais sobre as florestas.
- (4) Habib, ibid., e também *Ecological History of India*. Singh. C.: *Forests, Pastoralists and Agrarian Society in Mughal India*, in *Nature, Culture, Imperialism: Essays on the Environmental History of South Asia*, Organizado por David Arnold e Ramchandra Guha, Delhi 1999
- (5) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/india-forest-struggles-at-the-crossroads/> (6) Gandistas da Índia pós-independência que se esforçam para garantir que a autodeterminação e a igualdade atinjam todas as camadas da sociedade indiana.
- (7) Como definido na “Lei dos Direitos sobre a Floresta”, o *Gram Sabha* é a assembleia aberta de todos os adultos residentes em um “gram” ou aldeia. Teoricamente, o *Gram Sabha* é convocado pelo *Gram Panchayat*, uma instituição de autogoverno local em nível de aldeia ou cidade pequena na Índia, Contudo, segundo a “Lei dos Direitos sobre a Floresta”, ele é um órgão independente, que pode existir em todas as áreas florestais com população de tribos reconhecidas que habitem a floresta e/ou outros habitantes tradicionais da floresta, independentemente de esses assentamentos florestais serem reconhecidos oficialmente como aldeias.
- (8) Pallavi. A., *Don't Say Bamboo*, in *Down to Earth*, 24 de maio de 2012, <http://www.downtoearth.org.in/content/don-t-say-bamboo>. Ver, também, Pallavi. A, *Mendha Lekha Residents Gift all their Land to Gram Sabha*, in *Down to Earth*, 7 de setembro de 2013. <http://www.downtoearth.org.in/content/mendha-lekha-residents-gift-all-their-farms-gram-sabha>
- (9) Por exemplo, os *Gram Sabhas* em Orissa estão tendo muita dificuldades para enfrentar o mercado sobre o qual não têm controle eficaz. Ver Mahapatra. R e KumarSambhab. S., *Bamboo Rising*, *Down to Earth*, 31 de janeiro de 2013. <http://www.downtoearth.org.in/content/bamboo-rising>
- (10) <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/india-forest-struggles-at-the-crossroads/>
- (11) <http://kafila.org/2013/05/24/new-path-manifesto-of-a-new-initiative/>
- (12) NFFPFW, *The struggle of Forest Workers*, Nagpur, 2002

POVOS EM AÇÃO



Declaração da Cúpula dos Povos sobre a Mudança Climática, Lima, Peru

De 8 a 11 de dezembro, aconteceu a Cúpula dos Povos em oposição às falsas soluções sobre o clima da ONU, em Lima, Peru. Enquanto rejeita os processos de privatizar e financeirizar a natureza, a Cúpula exige “o reconhecimento da propriedade territorial das comunidades que tradicionalmente têm vivido em suas terras”. Além disso, rejeita firmemente “o controle externo dos territórios e os processos de negociação e implementação das falsas soluções ao clima”. A declaração reconhece os mecanismos do mercado de carbono, o REDD+, os agrocombustíveis, as hidrelétricas, etc., como estratégias do capital em busca de maior acumulação.

Leia a declaração (em espanhol) aqui:

<http://cumbrepuebloscop20.org/es/conozca-la-declaracion-de-lima-y-su-entrega-la-cop-20/>



Ação na justiça em defesa dos Direitos da natureza do páramo de Tangabana

A organização de defesa ecológica equatoriana YASunidos, junto com a Acción Ecológica e a pastoral indígena de Chimborazo, entraram com uma ação na justiça para proteger os direitos da natureza do páramo de Tangabana, os quais são protegidos pela constituição equatoriana, em relação a uma plantação em grande escala de árvores de pínus estabelecida em 2013, nas montanhas dos frágeis ecossistemas da floresta sempre verde montana alta e do páramo de capinzal de Pallo-Tangabana.

A oposição é da grande maioria que lá vive, com apoio de organizações de povos indígenas e comunidades em luta, que são os que mais conhecem o frágil ecossistema das montanhas andinas (e dele mais dependem). Pesquisas científicas demonstraram que os impactos das plantações de árvores de pínus sobre a água e na acidificação do solo são razões suficientes para proibir as plantações nessa região, pois se viola o direito da natureza a existir, a seus ciclos vitais como o da água, o carbono, bem como o direito do páramo a sua restauração natural. O Equador é o único país do mundo que reconhece legalmente os Direitos da Natureza. Esta é uma ação judicial inédita no mundo, que considera o páramo de Tangabana como sujeito de direitos e busca aplicar a Constituição diretamente em defesa da natureza e das comunidades que dependem dela. A oposição ao projeto também rejeita que o dono da plantação gere dinheiro usando o raciocínio de que as plantações de pínus são “sumidouros de carbono” para vender créditos de carbono.

A ação foi julgada em uma audiência em 5 de dezembro de 2014 e, apesar de os acusados não terem demonstrado que a plantação de pínus não atenta contra os direitos da natureza, o juiz não aceitou a ação de proteção em defesa do páramo, razão pela qual os ativistas apelaram da sentença. Atualmente, espera-se a data da nova audiência e os defensores dos direitos da natureza solicitam apoio internacional, com uma campanha de cartas às autoridades. Acesse a carta (em espanhol) em: (<http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/12/tangabana-carta-internacional.pdf>). Veja artigo sobre o caso, de Terisa Turner (em inglês) aqui: (<http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/12/YASunidos.pdf>).

Se quiser apoiar, obtenha mais informações em: www.accionecologica.org; www.agenciaecologista.info; e www.yasunidos.org



Mulheres em luta contra o extrativismo

A Marcha Mundial das Mulheres, durante as negociações da ONU sobre o clima, no Peru, mostrou sua solidariedade ativa a Máxima Acuña, que enfrenta um processo judicial por sua resistência à transnacional mineradora Yanacocha, em Cajamarca (norte do Peru). A empresa apresentou acusações por usurpação agravada, e o juiz decretou, em primeira instância, uma pena de dois anos e oito meses, multa e o confisco do terreno do qual é possuidora e proprietária. Máxima Acuña é uma camponesa que hoje simboliza a luta de uma grande diversidade de mulheres que resistem ao avanço do extrativismo sobre seus territórios. Nela vemos camponesas, mulheres e lutadoras que estão sendo criminalizadas por defender suas vidas e suas formas de vida. A partir de suas lutas em países como Colômbia, El Salvador, Equador, Peru, Moçambique, as mulheres expressaram sua solidariedade, ao mesmo tempo em que coincidem na visão de que a lógica de ocupação dos territórios é a mesma em todas as partes.

Leia o artigo completo (em espanhol) em:

http://www.marchemondiale.org/alliances_mondialisation/cop/extractivismo/es



Como o sistema alimentar agroindustrial contribui para a crise climática

A ONG GRAIN lançou uma didática cartilha que mostra claramente o papel fundamental do sistema agroindustrial na emissão de dióxido de carbono e outros gases tóxicos que geram a crise climática. Assim, destaca-se que a agricultura industrial é responsável por 15% a 18% das emissões contaminantes em função do desmatamento que promove. Portanto, a cartilha também sugere passos essenciais na recuperação e na reafirmação da soberania alimentar para sair do modelo industrial.

Veja a cartilha (em espanhol) em:

<http://www.grain.org/es/article/entries/5100-la-soberania-alimentaria-5-pasos-para-enfriar-el-planeta-y-alimentar-a-su-gente>



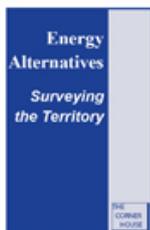
Concurso fotográfico sobre justiça ambiental e social

O *Critical Information Collective* está lançando um novo concurso fotográfico anual sobre justiça ambiental e social, que será aberto para submissões entre 1º de janeiro e 28 de fevereiro de 2015. Trabalhos aceitos e premiados serão notificados até 31 de março de 2015. As 24 imagens vencedoras serão impressas e expostas em Paris durante a cúpula sobre mudança climática da UNFCCC, em novembro de 2015. Todos os trabalhos aceitos também serão exibidas online até 31 de Dezembro de 2015. O *Critical Information Collective* mantém uma biblioteca de imagens que visa dar mais visibilidade e voz a ativistas e comunidades de todo o mundo, que estejam desafiando o poder das corporações e a desigualdade crescentes, e reacender o otimismo público sobre as novas formas de gerenciar as nossas sociedades.

Ver mais informações em:

http://photos.criticalcollective.org/index.php?module=menu&pId=101&page_name=competition

RECOMENDADOS



“Alternativas Energéticas, Examinando o Território”

Este relatório da organização *The Corner House* explora a pergunta “qual é a alternativa aos atuais sistemas de energia”, no contexto de uma crise climática crescente e uma incerteza cada vez maior sobre o futuro dos combustíveis fósseis. Na política energética de hoje em dia, o principal conflito se dá entre as próprias propostas alternativas. Descobrir quais são os pressupostos e os públicos das várias alternativas é metade do trabalho de avaliação de onde pode residir um futuro energético que seja democrático e que possa sobreviver. Este relatório não pretende simplificar o debate sobre alternativas de energia, e sim esclarecer como ele é complexo. Se a necessidade de ação é urgente, a necessidade de um entendimento capaz de tornar a ação eficaz também o é.

Veja o relatório completo em inglês em:

<http://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/ENERGY%20ALTERNATIVES%20--%20SURVEYING%20THE%20TERRITORY.pdf>

e em espanhol em: <http://www.thecornerhouse.org.uk/sites/thecornerhouse.org.uk/files/Energ%C3%ADas%20Alternativas%3A%20Sondeando%20el%20territorio.pdf>

MEKONG COMMONS

About the Mekong Commons



Site dos recursos comuns do Mekong

Este site examina questões relacionadas ao “desenvolvimento” da região do Mekong e tenta identificar questões novas, atribuindo particular importância às consequências que são mascaradas pelas explicações tradicionais e às alternativas que já são praticadas. O site está dividido em cinco seções: “*Deconstructing Development*” (Desconstruindo o Desenvolvimento), que explora como o desenvolvimento é explicado e justificado, e como o conhecimento é usado ou mal usado; “*Environmental Justice*” (Justiça Ambiental), que explora a forma como se fazem injustiças às pessoas em nome do “desenvolvimento”; “*Better Ways*” (Melhores maneiras), que compartilha práticas, atividades, organizações e indivíduos que trabalham com formas e visões alternativas de desenvolvimento que podem inspirar; “*Voices of the Next Generation*” (Vozes da nova geração), que proporciona um espaço para os jovens; e “*Women and the Mekong*” (Mulheres e o Mekong), que apresenta tanto o cotidiano quanto as lutas incomuns das mulheres à medida que elas procuram exercer influência e redefinir o seu papel em arenas de decisão muitas vezes dominada por homens.

Visite o site (em inglês) em: <http://www.mekongcommons.org/>



Mapeando propostas populares alternativas para vislumbrar a infraestrutura

A rede de ONGs *ECA Watch* está mapeando as propostas alternativas dos movimentos sociais para grandes projetos de infraestrutura, incluindo água, energia ou infraestrutura de transportes. O objetivo é difundir informações e propostas e contribuir para conectar pessoas e grupos uns aos outros, a fim de enriquecer a narrativa sobre infraestruturas alternativas.

Veja o mapa (em inglês) aqui:

<http://www.eca-watch.org/node/3637>



Florestas são tão importantes quanto a agricultura para algumas comunidades rurais

Um estudo global realizado pela *Poverty and Environment Network* ajudou a entender o papel das florestas em melhorar a subsistência das pessoas, confirmando que as florestas são uma importante fonte de renda rural, mas questionando alguns dos antigos pressupostos sobre como estes recursos são usados. Isso é fundamental quando se discute como as florestas são conservadas, já que eliminar ou limitar o uso das florestas entre os povos da floresta “pode pôr consideravelmente em risco a subsistência das populações locais”.

Veja o artigo completo (em inglês) em:

<http://news.mongabay.com/2014/0714-dparker-forest-livelihoods.html>